

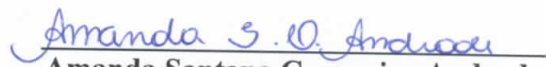


ESTADO DE SERGIPE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA Nº 08/2020

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA Publique-se, providencie-se o contrato.

Nossa Senhora de Lourdes/SE, 31 de Março de 2020.

  
Amanda Santana Cerqueira Andrade  
Secretária Municipal

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES, ESTADO DE SERGIPE, instituída nos termos da Portaria nº 02 de 02 de Janeiro de 2020, vem justificar a aquisição de cestas básicas, incluindo materiais de higiene e limpeza para serem entregues às famílias de baixa renda residentes no Município de Nossa Senhora de Lourdes/Se, obedecidos os critérios do Ministério da Cidadania, em razão da disseminação do vírus COVID-19 (corona vírus), em conformidade com o art. 4, da Lei nº 13.979/2020, mediana provisória 926, Decreto Municipal nº. 23 de 17/03/2020 e Decreto Municipal nº. 27 de 30/03/2020, de acordo com os motivos adiante expostos:

**Considerando**, que Organização Mundial da Saúde reconheceu, no dia 11 de março de 2020, que o coronavírus, responsável pela doença catalogada como COVID-19, espalhou-se por diversas partes do mundo, a ponto de tal situação merecer ser caracterizada como uma pandemia. No Brasil, já há vários casos e a totalidade do território nacional já foi considerada em situação de transmissão comunitária, aquela em que não é mais possível rastrear a origem da contaminação. Tal realidade favorece o aumento drástico do contágio viral e dificulta o combate à situação pandêmica.

Em razão disso, os governos federal, estaduais, distrital e municipais têm adotado severas medidas de combate à transmissão do coronavírus, almejando que, assim, os danos causados pela COVID-19 à saúde da população e à economia da nação brasileira sejam o menor possível. Nesse ponto, ressalta-se a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto iniciado em 2019.

**Considerando**, a estagnação econômica nacional, estadual e municipal, devido à redução substancial de consumo, a qual ocasiona ausência de circulação de renda no comércio, agricultura, pecuária e nos serviços em geral, atingindo, gravemente, os municípios enquadrados como sendo de baixa renda, impedindo-os de suprir, por conta própria, suas necessidades mínimas de subsistência, bem como a dos seus familiares.

**Considerando**, que contratação ocorrerá por meio de dispensa de licitação, art. 4º, da Lei Federal nº 13.979/2020, em virtude da situação emergencial, conforme o texto a seguir:



ESTADO DE SERGIPE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

É lícito dizer que a aplicação escorreita da contratação direta em análise exige a presença de alguns requisitos de ordem temporal, material e procedimental (formal). Quanto ao temporal, é a já mencionada emergência em decorrência do coronavírus (item 9). Os requisitos procedimentais serão analisados no tópico seguinte, pelo que passamos à análise dos requisitos materiais.

A exigências de ordem material dizem respeito à configuração dos fatos geradores da dispensa prevista no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020. Os elementos que caracterizam tais fatos geradores foram listados no art. 4º-B do mesmo diploma legal, que diz:

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Assim, para a incidência da hipótese de contratação direta em estudo, é preciso que: a) vigore a emergência de combate ao coronavírus (temporal); b) haja necessidade de atendimento imediato para o enfrentamento do vírus; c) estejam em risco em decorrência do coronavírus pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares; e d) limitação da contratação ao necessário para o atendimento da emergência



ESTADO DE SERGIPE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

---

**Considerando**, que a decisão desta contratação visa o melhor para os munícipes, diante do quadro que se encontra o alastramento do vírus COVID-19.

**Considerando**, que trata-se de uma situação atípica, que requer medidas drásticas, e soluções rápidas, não podendo esperar o tempo normal dos ditames legais de praxe;

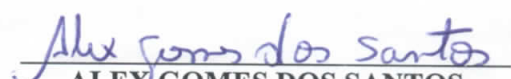
**Considerando**, que a contratação em epígrafe cumpre todos os preceitos previstos na lei nº 13.979/2020, assim como é notório e evidente a situação emergencial e urgente que dá amparo a esta contratação;

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação do Município de Nossa Senhora de Lourdes, pelo acatamento da contratação e, se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a dispensa emergencial, amparada pelo disposto pela Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, assim como no Decreto Municipal nº. 23 de 17/03/2020 e Decreto Municipal nº. 27 de 30/03/2020, que declara o estado de calamidade pública por causa da pandemia causada pelo novo coronavírus. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação da Senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora de Lourdes, para que, na hipótese de ratificação da mesma.

Nossa Senhora de Lourdes/SE, 31 de Março de 2020.

  
VANESCA SANTOS MATOS  
Presidente da CPL

  
GERINALDO FERREIRA DA SILVA  
Secretário da CPL

  
ALEX GOMES DOS SANTOS  
Membro da CPL